

# **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

## **PROJETO DE LEI Nº 2.492, DE 2003**

Institui o título “Capital Brasileira da Cultura” e dá outras providências.

**Autor:** Deputado Carlos Alberto Rosado

**Relator:** Deputado Carlos Abicalil

### **I - RELATÓRIO**

O Projeto de Lei nº 2.492, 2003, de autoria do Deputado Carlos Alberto Rosado, institui o título “Capital Brasileira da Cultura”, a ser conferido anualmente pelo Ministério da Cultura ao Município escolhido pelo Conselho de Política Cultural do referido Ministério.

Estabelece que a concessão do título tem como objetivo valorizar a riqueza e a diversidade étnica e cultural dos nossos Municípios e contribuir para o maior conhecimento mútuo dos cidadãos brasileiros.

Determina as condições de candidatura ao título, fixando a necessidade de apresentação de um projeto cultural para a inscrição do Município no processo de escolha da Capital Brasileira da Cultura.

Por fim, autoriza o Ministério da Cultura a executar as ações necessárias para a concessão anual do título e determina a obrigatoriedade de regulamentação da matéria pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias a contar da data da publicação da lei.

A proposição foi distribuída à Comissão de Turismo e Desporto – que se pronunciou favoravelmente à iniciativa - , à Comissão de Educação e Cultura e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, esta última para verificar a constitucionalidade e a juridicidade do projeto.

Cabe, nesta oportunidade, à Comissão de Educação e Cultura examinar a matéria quanto ao mérito educacional.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

No presente momento histórico, em que se impõe um modo global e uniforme de estar no mundo, emerge a justa preocupação com a preservação da singularidade. No âmbito das ações mundiais que compõem um grande movimento em defesa da identidade cultural dos povos, encontra-se a concessão do título “Capital Cultural”.

Surgida em 1985, a Capital Européia da Cultura foi a primeira titulação voltada para valorizar e difundir culturas locais. A iniciativa foi repetida nas Américas, com a instituição da Organização Capital Americana da Cultura (CAC), que escolheu, em 2000, a cidade de Mérida, no México, como primeira Capital Americana da Cultura. O êxito obtido com as capitais européias e americanas da cultura inspirou outros países e regiões do mundo a implantar iniciativa semelhante, porém restrita ao âmbito de um país ou de uma região. Portugal criou, em 2003, a sua Capital Nacional da Cultura. A Catalunha, Espanha, implantou, em 2004, o projeto Capital da Cultura Catalã. A Federação Russa, desde 2001, designa, anualmente, a Capital Cultural da Região do Volga. A Ucrânia, desde 2004, escolhe sua Capital Ucraniana da Cultura.

No Brasil, o projeto Capital Brasileira da Cultura (CBC) elege, desde 2006, uma cidade do território nacional como referente cultural do País. A escolhida de 2006 foi a cidade de Olinda, em Pernambuco. Em 2007, a cultura brasileira será representada pela cidade de São João del Rei, no Estado de Minas Gerais. A iniciativa tem o intuito de promover a inclusão social,

bem como melhorar a auto-estima do povo brasileiro, por meio da valorização e da divulgação das suas diversas formas de expressão cultural.

Implantada no País em 2004, pela Organização Capital Americana da Cultura, a experiência tem sido desenvolvida com sucesso a partir de uma parceria entre a Organização Capital Brasileira da Cultura – organismo não governamental criado para gerir ações relativas ao projeto – e o Ministério da Cultura. A presente proposta, ao trazer o conteúdo da iniciativa – que já funciona com sucesso há dois anos – para o âmbito legislativo, não cria óbice para a concessão do título “Capital Brasileira da Cultura”, apenas regulamenta a matéria por lei e garante a continuidade da experiência.

Embora concordemos com o mérito da proposta do nobre Deputado Carlos Alberto Rosado, julgamos necessário oferecer algumas mudanças no sentido de aperfeiçoar a técnica legislativa e o tratamento dado à regulamentação da matéria.

A primeira alteração proposta amplia os objetivos definidos pelo Autor para a concessão do título. No parágrafo único do art. 1º, o projeto determina que são eles “valorizar a riqueza e a diversidade étnica e cultural dos municípios brasileiros” e “contribuir para um maior conhecimento mútuo dos cidadãos brasileiros”. Entendemos ser importante incluir, entre tais objetivos, a promoção da inclusão social e a adoção da cultura como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico.

A outra sugestão de mudança diz respeito à supressão das prescrições autorizativas constantes no art. 3º do projeto de lei. O dispositivo, ao fixar obrigações para o Ministério da Cultura, contraria o estabelecido no art. 84 da Constituição Federal, que estabelece a competência privativa do Presidente da República para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal. Propomos que o projeto de lei deixe a cargo do Poder Executivo a regulamentação dos mecanismos operacionais envolvidos na escolha da Capital Nacional da Cultura.

Por fim, incluímos no texto do projeto a previsão de que a gestão do projeto Capital Brasileira da Cultura, responsabilidade do Ministério da Cultura, poderá acontecer em parceria com quaisquer organismos, governamentais ou não governamentais. Entendemos que, dessa forma, abrigaremos a possibilidade de atuação da ONG Capital Brasileira da Cultura no programa, assim como a de outros organismos, oficiais ou não, nos

processos anuais de concessão do título à cidade representante da cultura brasileira.

Votamos, portanto, pela aprovação, na forma do substitutivo, do Projeto de Lei nº 2.492, de 2003.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2006.

Deputado Carlos Abicalil

Relator

